

Evaldo Cabral de Mello

## A outra Independência

Pernambuco, 1817-1824

prefácio a esta edição  
Heloisa Murgel Starling

**todavia**

*De todos os partidos em que se acha dividido o Brasil [...] são duas as principais divisões, a saber não separatistas e separatistas. Os primeiros são os inimigos da Independência, estes fanáticos chamados vulgarmente pés de chumbo, que ainda suspiram pelas cebolas do Egito [...]. Os segundos são os sectários da Independência do Brasil e que querem que ele figure como nação livre. Porém estes separatistas ainda se subdividem em quatro classes: primeira, os que querem a separação, mas não a liberdade, pois preferem o antigo governo, e são chamados corcundas; segunda os republicanos a que chamarei prognósticos; estes não podem levar à paciência que o Brasil não quisesse por voto unânime ser república e preferisse a monarquia constitucional; este partido é hoje miserável e abandonado por todo o homem sensato; terceira os monárquicos-constitucionais: estes fitam suas vistas na felicidade do Estado; não querem democracias nem despotismo, querem liberdade mas liberdade bem entendida e com estabilidade; este partido forma a maioria da nação; quarta os federalistas, ou bispos sem papa, a que eu também chamarei os incompreensíveis. Estes, que não querem ser monárquico-constitucionais, que não podem ser corcundas e que não querem ser republicanos de uma só república, querem um governo monstruoso; um centro de poder nominal e cada província uma pequena república, para serem nelas chefes absolutos, corcundas despóticos.*

José Bonifácio de Andrada e Silva, 1823

História não é destino,  
por Heloisa Murgel Starling 9

Prefácio à primeira edição (2004) 17

1. Dezesete 29

2. A junta de Gervásio 61

3. O governo dos matutos 129

4. Vinte e Quatro (1) 171

5. Vinte e Quatro (2) 205

Apêndice 233

Abreviaturas 249

Notas 251

Índice onomástico 279

Créditos das imagens 285

# História não é destino

Heloisa Murgel Starling

Revolução, por certo, não é a melhor palavra para descrever a maneira pela qual o Brasil se emancipou. A história da Independência — e da fundação do Império brasileiro — contada ainda hoje do ponto de vista da corte, isto é, do Rio de Janeiro, nada tem de romântica ou revolucionária, diz Evaldo Cabral de Mello.<sup>1</sup> Afinal, por aqui ninguém atravessou os Andes, metido numa guerra de morte em direção a Caracas, como fez Simón Bolívar, em 1813; e vai ser preciso exagerar na fantasia para imaginar em d. Pedro o mesmo traço libertário de, por exemplo, San Martín, que estava disposto a varrer os espanhóis da parte sul do território americano. Tampouco encaramos um conflito prolongado com a metrópole e não sucederam enfrentamentos armados em campo aberto para selar a Independência, aos moldes da batalha de Ayacucho, em Pampa de la Quínuia, no Peru — embora o processo da nossa Independência revele uma longa série de acontecimentos marcada pela violência, pela guerra e pelo morticínio na Bahia, no Piauí, no Pará, no Maranhão e na província da Cisplatina, hoje Uruguai, então precariamente incorporada ao reino do Brasil. Na verdade, faltou entusiasmo revolucionário ao processo de emancipação comandado pelo Rio de Janeiro; mas, ainda assim, predominou a versão da história que reduz esse processo à construção de um Estado unitário e restringe seus eventos ao triênio 1820-2. Talvez persista um travo de decepção na imaginação do país. No fim das contas, sempre existe algum desacerto num movimento de emancipação política que carece de um gesto arrebatadoramente revolucionário, de uma boa dose de radicalismo, ou ainda, de um genuíno colorido libertário.

Evaldo Cabral mergulhou no assunto, de início, em artigos para o jornal *Folha de S. Paulo* — artigos que ele gostava de escrever, possivelmente motivado por acontecimentos do presente. Vista do Rio de Janeiro, a Independência foi pouco mais excitante que a tramitação de um projeto burocrático, afirmou, em um desses textos, em novembro de 2000. “O que deveria ter sido nossa revolução nacional, a Independência, foi, na realidade, uma contrarrevolução, comandada do Rio por um príncipe e empreitada por uma elite de altos funcionários

públicos ameaçada na sua própria existência pelas Cortes de Lisboa.”<sup>2</sup> O espaço para gestos revolucionários era mesmo minguado e o projeto de capitalizar a separação política entre Brasil e Portugal frutificou na combinação de um punhado de interesses contrariados, ele completou, quase na sequência, só que dessa vez em um ensaio notável, *A ferida de Narciso*, publicado em 2001.<sup>3</sup>

Havia uma massa de empregados na administração pública desembarcada no Rio de Janeiro com a transferência da família real, em 1808. Essa gente se apavorou diante do risco de perder seus cargos, a partir de 1821, quando os deputados reunidos em Lisboa durante as sessões das Cortes Gerais, Extraordinárias e Constituintes — atuando, naquele momento, como o centro político do Império português — dispararam dois decretos com o propósito de dismantlar a estrutura de poder estabelecida no Rio de Janeiro. Com o primeiro, os deputados criaram juntas governativas provisórias nas províncias e transferiram o controle militar local para os governadores de armas que, a partir de então, só cumpriram as ordens emanadas diretamente de Lisboa; com o segundo decreto, as Cortes ordenaram o imediato regresso do príncipe regente, d. Pedro, a Portugal.<sup>4</sup> A perda da autonomia política e financeira provocada pelo desmanche da máquina administrativa seria enorme e isso ameaçava tanto a burocracia de governo quanto os grandes comerciantes fluminenses. Ademais, o aparato estatal alojado no Rio de Janeiro gastava a rodo, mas quem pagava as contas eram as províncias.

No quadro de referências em que se criou o sentimento autonomista desses grupos, o projeto da Independência concebeu a ideia de Império e buscou preservar os interesses enraizados em torno do Paço fluminense. Significava emancipação política, é claro. Também incluía a criação de um Estado monárquico centralizado à escala da América portuguesa com pelo menos duas tarefas urgentes: sustentar a carga tributária exigida das províncias; garantir, seja por negociação política ou com o uso da força militar em que a guerra foi recurso fundamental, a manutenção da unidade de governo no imenso e desarticulado território da antiga colônia, de modo a impedir sua fragmentação, sobretudo em comparação com a experiência da América espanhola. Deu certo. Ao fim de 1824, todas as províncias estavam incorporadas ao Império do Brasil, uma estrutura de poder centralizadora ampla e complexa de natureza política, jurídica e administrativa, e ao sistema de governo monárquico instalado no Rio de Janeiro.

Faltou, contudo, considerar alguns aspectos decisivos. E nossa historiografia costuma se esquecer deles, explica Evaldo. Ao contrário do que

defendia José Bonifácio enquanto lustrava o sonho de uma monarquia constitucional gloriosamente implantada no país a partir do Paço fluminense, a América portuguesa não alimentou nenhuma vocação incoercível de vir a constituir um vasto Império. Ao tempo da Independência, tampouco existia uma unidade brasileira — o nome “Brasil” servia para designar genericamente as possessões portuguesas na América do Sul. Tem mais: aspirações de soberania persistiam pelo país afora. Esse não era o único projeto de emancipação política, não estava escrito nas estrelas que a Independência desembocaria na formação do Estado unitário e a centralização nunca foi a solução desejada em todas as províncias.

Então, em 2004, Evaldo Cabral de Mello publicou *A outra Independência: O federalismo pernambucano de 1817 a 1824*. Escreveu o livro para ajustar de vez as contas com a historiografia da Independência — já vinha fazendo isso, pouco a pouco (mas com alarde), em seus artigos publicados na *Folha de S. Paulo*. Ele virou do avesso a história contada exclusivamente do ponto de vista do Rio de Janeiro, responsável “por encarar teleologicamente a opção pela ideia de Império ou pela unidade nacional”, e por reduzir a Independência “à construção do Estado unitário por alguns indivíduos dotados de enorme visão política geralmente nascidos no triângulo Rio-São Paulo-Minas”.<sup>5</sup> Num deslocamento certo de perspectiva historiográfica, seu livro traz para o centro dos acontecimentos que culminaram na Independência toda a movimentação política que aconteceu bem longe do Rio de Janeiro, nas margens do Norte do Brasil.

Em história, Evaldo costuma repetir, os eventos que ocorreram não tinham necessariamente que acontecer de uma única forma — sempre existe a possibilidade de que as coisas possam ser distintas do que foram. *A outra Independência* é um livro fundador: revela a existência, entre 1817 e 1825, de uma alternativa concreta ao processo de emancipação como empresado no Rio de Janeiro. Evaldo construiu um ponto de vista sobre a história do Brasil capaz de transformá-la — afinal, nós poderíamos ter seguido caminhos diferentes. Mas *A outra Independência* é também um livro escrito com arte: envolve o leitor, à medida que conta, passo a passo, a história da criação de um projeto alternativo de soberania, concebido em províncias cujas elites queriam autonomia para escapar ao controle tanto de Lisboa quanto do Rio de Janeiro.

Aspirações autonomistas estavam espalhadas pelo território, mas apenas duas províncias — Bahia e Pernambuco — tinham realmente condições para articulá-las num formato político consistente, sobretudo por seu bom posicionamento na economia de exportação. Fez diferença no caso da Bahia, explica

Evaldo, a combinação de armas e negócios que garantiu aos portugueses, além de tropa estacionada em Salvador, o controle da quase totalidade do comércio da província — o que refreou o protagonismo autonomista baiano. Salvador era uma praça comercial estratégica para Lisboa. A cidade concentrava uma indústria naval responsável pelo abastecimento de embarcações para diversas regiões do Império português, e atuava comercialmente como um grande centro exportador de algodão, açúcar, tabaco e outros produtos agrícolas, além de ser um dos principais portos para o tráfico negreiro. Por outro lado, nos anos conturbados da Independência e da fundação do Império brasileiro, a localização entre o Norte/Nordeste e o Sul/Sudeste posicionou estrategicamente a Bahia como província-chave para as operações militares entre o Rio de Janeiro e Lisboa.<sup>6</sup>

Restou Pernambuco. É certo que aos pernambucanos sobrava motivo para reclamação: a corte no Rio de Janeiro precisava pagar as contas e Pernambuco tinha saldo. Não havia dinheiro que bastasse. A carga fiscal imposta à província era pesadíssima: os tributos incluíam desde impostos criados pela Coroa no século XVII para custear a guerra holandesa, até a contribuição anual para garantir a reconstrução de Portugal após a ocupação das tropas de Napoleão. De permeio, existia o imposto destinado à iluminação pública do Rio de Janeiro e, como se não chegasse, uma escorchante modalidade de tributação sobre o algodão, que era taxado duas vezes, sob a forma de imposto e de dízimo.

Subiam os preços, os tributos não baixavam e a corte fluminense gastava à vontade. A República brotou, em 1817, das insatisfações e queixas que sobravam nos quartéis e entre os bacharéis do Recife, circulavam nos corredores do Seminário de Olinda, e esparramavam-se nos engenhos da Mata Norte convertidos ao algodão. Mas não foi apenas uma solução pragmática para resistir à voracidade da Coroa: o projeto alternativo da Independência mobilizou novidades conceituais importantes. Independência significa soberania. Seu campo semântico supõe a criação de uma comunidade territorial com comando interno e autonomia em relação às potências estrangeiras, a fundação de um corpo político próprio — o Estado — e a capacidade de criar, alterar e revogar leis.<sup>7</sup> Soberania era uma causa longamente desejada pelos pernambucanos, contava com militância disposta a arrastar a população à rua contra a monarquia e poderia viabilizar um formato de comunidade política autogovernada, até então inédita, mas com reflexo imediato no resto do país. Seus partidários fizeram largo uso de uma linguagem francamente alternativa à dominação portuguesa que já estava disponível, no Brasil, ao final do século XVIII — e essa linguagem era republicana.